

O MOVIMENTO NEGRO MOCAMBO ODARA E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA “HISTÓRIA E CULTURA AFRODESCENTES”

Caio César Gonçalves de Souza
Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Ana Angélica Leal Barbosa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo: Este artigo apresenta contribuições do movimento negro para a implantação e implementação das políticas públicas de educação em nosso país. Apontamos em um breve relato, as lutas e conquistas ao longo dos últimos séculos, principalmente no século XX, demarcando com enfoque prioritário as lutas e as disputas nos campos das organizações sociais e político-institucional, acerca das reivindicações no setor educacional. A partir de uma relação entre o Estado e os movimentos sociais de pressão com interesses políticos comuns, enfocando no Mocambo Odara, procuramos compreender as formulações de políticas públicas que interfere nas legislações educacionais, com o intuito de descolonizar os espaços de educação do Estado. No aporte teórico, utilizamos no campo das políticas públicas: Maria das Graças Rua (2009); já nos estudos do movimento social negro e da relações étnico-raciais, buscamos as contribuições de: Décio Saes (1985), Petrônio Domingues (2007), Robson da Silva Lopes (2014), Maria Gohn (2000), Antônio Sérgio Guimarães (2002) entre outros/as. Utilizamos da metodologia qualitativa, do tipo exploratório, com abordagem teórica e fundamentado em dados secundários; além de utilização de dados primários, como entrevistas cedidas por uma gestora pública educacional e ativistas negros de movimento negro Mocambo Odara.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Mocambo Odara; Educação.

1. Introdução

A partir da necessidade em compreender a participação de segmentos sociais durante processos de implantação e implementação de políticas públicas, em especial na área educacional, realizamos uma breve revisão de literatura no que concerne as participações de indivíduos e organizações sociais, junto a elaboração destas políticas.

Desde a chegada dos africanos ao Brasil, a luta e resistência por direitos básicos foram construídos diuturnamente; contudo, nas primeiras décadas do século XX os movimentos de resistência cujo ponto central da articulação se refere a aspectos de identidade como etnicorracial, de gênero, de nacionalidade, dentre outras, que se somam às questões abordadas mais

tradicionalmente pelas organizações relacionadas à luta de classes (GOHN, 2000). Com essa demarcação e enfrentamento realizados por ativistas políticos e organizações sociais, a disputa por espaços que seja possível influenciar elaborações de políticas públicas, seja por meio direto das organizações sociais em pressão ao Estado, como em controle das formas de produção e, pela formação política com o intuito de aglutinar pessoas alinhadas ao pensamento daquelas e daqueles que reivindicam algo para um grupo social.

Maria das Graças Rua (2009), classifica os indivíduos e grupos que estão à margem do âmbito estatal, como atores e atrizes privados. Podemos citar por exemplo: movimentos sociais, partidos políticos, consultores, agentes financeiros, institutos de pesquisa, imprensa, entre outras entidades e organizações. Como estes estão fora do Governo e do funcionalismo estatal, precisam estar minimamente organizados para conseguirem inserir suas demandas na agenda do Estado.

2. O movimento negro e suas lutas

2.1 Breves histórico da organização negra no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos escravizados ao Brasil.

Nos primeiros séculos de colonização, uma forma nítida de resistência coletiva eram os quilombos que se espalhavam ao longo do território nacional, onde negros fugiam, se uniam e lutavam pela libertação de outros negros, contra a máquina opressora imposta pelos brancos. Lopes, 2014 afirma que a forma de organização, vez ou outra deflagravam as revoltas das quais os escravos e seus pares eram protagonistas, como por exemplo a Revolta dos Malês (1835) ocorrida em Salvador.

Durante o século XIX os negros escravizados desafiavam a hostilidade dos senhores articulando-se em grupos de resistência cultural e religiosa, entre outros formatos, que, dentre outras atividades, contribuíam para a formação daqueles que pretendiam aprender a ler, escrever, calcular e dominar variados idiomas.

A partir de 1889, o republicanismo foi o principal obstáculo para o acesso dos negros à terra, à educação e ao trabalho, segundo Décio Saes (1985). O mesmo afirma que o Estado que se formou no Brasil, no plano jurídico, idealizado a partir do positivismo comtiano, apresenta todos os fundamentos de formação de um Estado burguês, excludente. Continua afirmando que, entre

1888 e 1891 se desencadearam os elementos estruturadores de um Estado autoritário e excludente. Seguindo essa lógica de formação, seu caráter privado e patrimonialista determina quem seriam os beneficiados e os/as excluídos/as dos processos de produção do conhecimento, dos bens materiais e das oportunidades construídas socialmente.

Podemos compreender que a luta histórica da população negra por sua plena cidadania perpassa pela formação do movimento social negro, com os formatos que conhecemos hoje e os anteriores, com outras formas de organização e mobilização. As organizações incorporaram dentre suas reivindicações a luta por educação pública de qualidade por acreditarem que a escolarização contribui - mas não somente ela - para o fim do racismo e a construção da igualdade racial. Apesar disso, é importante ressaltar a existência de ações no sentido de resistir a esse embargo oficial por meio de variadas práticas de acordo com a região e a posição socioeconômica dos envolvidos.

2.2 Breves histórico da organização do movimento negro no Brasil

O movimento negro no Brasil pós fim do regime escravocrata oficial, tem uma história de descontinuidades e de posturas políticas bastante diferentes. Costuma-se dividi-los em quatro períodos principais: 1- República Velha (1889-1930); 2- Revolução de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); 3- Da democratização ao Golpe Militar (1945-1964); 4- Da abertura política (1978/1979) ao contexto atual, como descreve Domingues, 2007.

No primeiro período, especialmente entre 1910-1930, as organizações dos “homens de cor” - clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes etc.-, como geralmente eram nomeadas, eram sobretudo assistenciais, recreativas e culturais. Estas organizações não tinham um caráter partidário, eram locais e muitas delas vinculadas à religião católica. Muitos clubes e grêmios serviam como espaços de sociabilidade e lazer para os “homens de cor” em um contexto de uma sociedade dominante que demarcava e criava muitos lugares de proibição aos negros, como clubes de futebol, piscinas, restaurantes, etc. De uma maneira ainda pouco expressiva, Domingues, 2007 afirma que na época, apareciam já denúncias de racismo e luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes aos clubes e grêmios.

No segundo período (1930-1937), vale destacar particularmente a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, no início do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Trata-se de um movimento social centrado na ideia nacionalista de defesa da inserção da etnia negra no mundo do trabalho, uma vez que os imigrantes estrangeiros eram preferidos no mundo do trabalho, deixando a maioria dos negros e mestiços na condição de desempregados, e assim, marginalizados, conforme apresenta Domingues, 2007.

A Frente Negra Brasileira visava construir um “novo negro”: “trabalhador”, “ordeiro”, “civilizado”; por meio de valores morais e instrução escolar, afastando-se dos estereótipos relacionados ao negro na época, como: “vagabundo”, “sem instrução”, “bêbado”, etc. A inclusão do negro na sociedade nacional ocorreria por meio de uma postura assimilacionista¹ de valores da cultura dominante. A FNB se transformou em partido político em 1936, mas no ano seguinte, com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945), todos os partidos foram instintos, inclusive a FNB.

A perspectiva do TEN era uma combinação entre nacionalismo e negritude. As atividades do TEN não se resumiram ao teatro, houve também concurso de beleza, cursos de alfabetização para empregadas domésticas, entre outras atividades. A organização termina sendo fechado no contexto do golpe civil-militar de 1964. Alguns de seus membros terminam indo para a aventura do exílio, como no caso de Abdias Nascimento que parte para os Estados Unidos.

No terceiro período, podemos elencar a participação majoritária do Movimento Negro Unificado – MNU. Este, difere bastante das experiências anteriores, inspira-se na luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos e dos conflitos pela emancipação nacional no contexto de independência dos países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul) nos anos 1960 e 1970. As ideias de pan-africanismo e de afrocentrismo (uma perspectiva histórica centrada em África e que visa combater o eurocentrismo hegemônico) estão presentes em algumas correntes desse novo movimento negro. O MNU se apresenta como um movimento de esquerda e mantém relação com outros movimentos sociais do campo progressista, como: o movimento feminista, novo sindicalismo, novos movimentos urbanos, entre outros, no contexto da reabertura política no Brasil. É um movimento que executa uma relação concatenada entre classe e raça (DOMINGUES, 2007).

3. Políticas públicas em educação e a igualdade racial

No Brasil, as ações do movimento negro, por meio das suas mais diversas entidades e organizações, têm sido pautadas por uma intensa e acentuada perspectiva educacional, que se explicitam nas diversas ações pró-educação, nos diversos projetos e programas, e também, nas mais diversificadas propostas que visam ofertar ao/à negro/a brasileiro/a o acesso e permanência na educação. E, pode-se dizer que o movimento negro tem se destacado no cenário brasileiro como o sujeito político cujas reivindicações têm conseguido impactar e também influenciar o Estado brasileiro no panorama da garantia de direitos, como bem pode ser visto na Lei de cotas, conforme preconiza a Lei Federal 12.711/2012, que tem garantido o acesso do negro às universidades federais no Brasil.

A caracterização desta abordagem de reivindicação coletiva, segundo Fuks, 1999 corresponde a uma orientação – presente nos estudos sobre definição de políticas públicas, problemas sociais e movimentos sociais – que estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. No centro dessa análise encontra-se a dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito dos assuntos públicos:

“Ao resgatar a argumentação como característica essencial do objeto de estudo no campo da ciência política, essa perspectiva confere legitimidade ao debate público como campo de investigação. A vida política constitui-se, então como arena política na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate (FUKS, 1999;46)”.

Um conceito que nos ajuda a entender a relação Estado e movimento social, é a “arena política”. Ela emerge segundo Rodrigues, 2005 às condições dadas de um ou conjunto de conflitos, bem como os seus modos de ação específicos e às restrições acerca dos possíveis resultados, que a disputa de hegemonia e contra hegemonia pode nos trazer a partir da participação dos movimentos sociais, na arena institucional.

Rodrigues, 2005 nos aponta como a arena política existe como um espaço de atuação de um grupo (movimento social) desconsiderado e desacreditado como ator político em influir em um processo decisório, no conteúdo das leis, em romper com a ideia de uma nação monocultural. Todo o processo de elaboração desses documentos legais a ela se assemelha na medida em que se visualiza a luta entre diferentes grupos por um projeto de educação e sociedade.

No entanto, Guimarães, 2003 destaca que a resistência da sociedade civil brasileira às políticas públicas raciais foi parcialmente quebrada pela repercussão favorável, na opinião pública internacional, às posições do Brasil na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em 2001, na cidade de Durban.

Percebemos nas últimas décadas, a propagação de variadas iniciativas relacionadas ao enfrentamento das desigualdades étnicosraciais no Brasil. Muitas delas nem sempre utilizam esta terminologia, mas colocam entre seus objetivos, a promoção da igualdade étnicorracial entre a população brasileira.

Na tentativa de agrupá-las, podemos destacar os seguintes tipos de organizações: atividades comunitárias, geralmente em favelas ou bairros de periferia, destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exercício da cidadania; atividades de apoio e estímulo a microempreendedores afro-brasileiros; estímulo e ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior (MAGGIE, 2001).

O Brasil passou por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às relações étnicosraciais. A percepção do país como uma democracia racial é cada vez menos consensual. Atualmente, diferentes setores da sociedade têm suas agendas política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo e estrutural em nossa sociedade.

4. Mocambo odara e o ensino de história e cultura afrodescendentes em Jequié

Iniciando nas resistências passadas até os dias atuais, o movimento negro e suas intensas relações com o Estado brasileiro, passando na luta pelo direito mais elementar, que é a liberdade, até a disputa dos conteúdos das políticas pública, cumpre um importante papel de resistência, proposição e, fiscalização de direitos coletivos e políticas pública.

No ano de 2006 no município de Jequié, utilizando-se da prerrogativa da Lei Federal 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e, absorvendo as contribuições e demandas apresentadas pelo movimento negro, adiciona-se na Matriz Curricular do 7º ano do Ensino Fundamental II, a disciplina “História e Cultura Afrodescendente”, por meio do Decreto do Executivo Nº 8.559/2006.

Anos depois da implantação desta disciplina curricular, me surge uma inquietação, pois, lendo a composição e alguns documentos do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contido na Secretaria Municipal de Educação, aparece atuação do Movimento Negro, em especial o grupo “Mocambo Odara” em todo aquele processo.

Destaco que neste espaço apresento considerações parciais de minha dissertação de mestrado, que apresentam três objetivos, mas que aqui destacarei as questões referentes ao papel do movimento negro no processo de formulação do conteúdo do Decreto Municipal 8559/2006 e, a análise da atuação do Mocambo Odara durante o período de implantação desta política pública na educação municipal.

4.1 Falas e olhares de quem construiu este momento

Busco três entrevistados em minha pesquisa, para este espaço. São eles: a docente Graça Bispo, secretária de Educação municipal entre os anos de 2005-2008, quando foi a gestora da educação no período de implantação; Fernando da Silva Andrade, membro do Mocambo Odara e suplente do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana pelo movimento negro Mocambo Odara, e, Dionária Silva, que era a articuladora política do Mocambo Odara e, representante titular deste movimento no Núcleo de Estudos no período de implantação da disciplina, além de ser graduanda em Pedagogia naquele período.

A docente Graça Bispo coloca em entrevista, a sua perspectiva acerca das ações do Mocambo Odara durante a implantação da disciplina, apresentando o primeiro desafio que se apresentou ao Núcleo, que foi o de posicionar o estudo sobre a História e cultura afro-brasileira:

“Nós vamos trabalhar como disciplina ou vamos trabalhar de forma interdisciplinar? Daí o movimento negro [Mocambo Odara] foi bastante importante, pontual, exigindo que fosse disciplina. Naquele momento, do ponto

de vista pedagógico, se a gente trabalhasse de uma forma interdisciplinar, a gente daria uma abrangência maior do currículo; por outro lado, a gente não daria visibilidade a disciplina, porque ficaria como educação ambiental, é mais um evento, uma atividade, mas, dificilmente os professores tratam de forma interdisciplinar. Então, precisava, e a discussão foi essa, que precisava está como disciplina mesmo, e foi assim que a gente colocou no Decreto que seria. Estaria presente em todos os projetos, e poderia ser também, como disciplina.” (BISPO; 2017)

Podemos verificar na fala da então secretária Municipal, o Mocambo Odara pautando o Núcleo e o poder público municipal, no que se refere a modalidade de aplicação deste conteúdo no currículo escolar. Se como conteúdo transversal nas diversas disciplinas ou como uma disciplina efetivamente. Rua, 2009 destaca que nestas situações de interesses diversos por setores sociais múltiplos, o exercício da política e suas negociações, é importante para desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade, e de decisões tomadas pelo poder público a partir de conflitos e de diferentes posições, mas que sempre sendo respeitada as opiniões das maiorias, mas sem nunca deixar de contemplar em certa medida, os anseios das minorias políticas participantes daquela construção coletiva.

Percebemos nesta e em diversas outras falas de Graça Bispo e de outros entrevistados/as, como as contribuições do Mocambo Odara se deram em diversos aspectos, tanto na pressão política para uma disciplina específica no currículo escolar, no diálogo e convencimento de setores contrários a implantação da disciplina, como também, pedagogicamente na discussão do conteúdo programático.

Na entrevista com uma das representantes do Mocambo Odara, ela se apresenta:

“Sou Dionária da Silva Santos, 37 anos e etnia negra. No momento da implantação do Decreto, o meu papel era de articuladora política, políticas públicas no Mocambo Odara”. (SILVA; 2017)

Abaixo, a ativista negra posiciona a militância do Mocambo Odara no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana e em espaços externos a institucionalidade, no que tange o arcabouço de contribuições e reivindicações destes grupos para formulações de políticas públicas:

“Bom, a presença e participação do Mocambo Odara foi extremamente relevante, porque a gente já vinha fazendo a discussão há um bom tempo aqui, dessas

questões negras no município e região [...] E então, quando veio essa questão do Decreto, só veio somar, porque a gente levou uma certa experiência que a gente tinha nas discussões e, além de ter essa afirmação de uma luta que a gente já vinha falando, discutindo e naquele momento a gente via, que até certo ponto, de certa forma, uma parte de uma concretização de algo mais concreto, transformado em Lei, em Decreto municipal.” (SILVA; 2017)

Sobre as atividades e o papel que o Movimento desenvolveu naquele momento, tanto internamente no Núcleo em relação com a Secretaria Municipal, com as escolas, os docentes, os pais e com a comunidade jequeense em geral; Dionária apresenta as ações do grupo como agente político desenvolvido no período de implantação, compreendendo que o movimento social exerce um papel político de diálogo, de convencimento e contribuição com a organização pedagógica dessa política pública.

“Assim, a contribuição foi relevante porque a gente acabou de certa forma, contribuindo muito para que as coisas fossem efetivadas por conta da nossa presença, pois a gente tinha uma presença [...] Então assim, ter a nossa presença constante nos espaços, a gente estava sempre levantando aquela questão, contribuiu para que essas ações do Decreto se tornasse, fosse efetivado. Claro, corroborando com uma série de outras ações, de outras pessoas, de pessoas pensando a mesma causa, teve também. Na verdade, a gente contribuiu muito nesse sentido, uma vez que a gente estava ali enquanto Movimento Negro, movimento que discute as questões, que houve essa contribuição [...] Então houve vontade, foi um momento de que havia vontade. E a nossa luta foi, teve uma força nesse sentido, porque juntou a presença efetividade do movimento, com a vontade do poder público de ver algo acontecer.” (SILVA; 2017)

Ela continua a descrever as dificuldades e resistências que tiveram de contribuir junto com o poder público e outros setores sociais para chegar a um entendimento mais consensual sobre esta temática:

“[...] A gente teve, foi feito em vários momentos a resistência. A gente teve muitas, foram muitas em relação a professores, parte de alguns professores, de pais de alunos, a família desses alunos. Então, de não ter essa compreensão a questão do racismo, do próprio preconceito. Por que ser algo de não conhecer, então quando ia trabalhar muitas questões quando falava a questão negra, aí ia trabalhar os aspectos culturais, da cultura, sempre tinha aquele olhar, como se fosse “catequizar”, mas, a questão de estar trabalhando religião, é a religião africana na escola. E aí, foi uma série de coisas absurdas [...] Houve sim, claro, em vários setores de Jequié, houve essa resistência. E como de modo geral, em

nível nacional houve esse debate, o por quê aquele questionamento todo, Jequié não foi diferente.” (SILVA; 2017)

Podemos perceber neste trecho da entrevista, como uma demanda reprimida historicamente num dado espaço social, tem a capacidade de organizar os indivíduos marginalizados dos espaços de decisão, a fim de pautar suas próprias inserções nestes locais; como apresentar os anseios e demandas de seus povos e comunidades na vida cotidiano do Estado e da sociedade.

Maria das Graças Rua, 1998 apresenta a conceituação de demandas nas políticas públicas, em três modalidades: as demandas novas, as demandas recorrentes e as demandas reprimidas.

“As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. Novos atores são aqueles que já existiam antes mas não eram organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos. Novos problemas, por sua vez, são problemas que ou não existiam efetivamente antes ou que existiam apenas como "estados de coisas", pois não chegavam a pressionar o sistema e se apresentar como problemas políticos a exigirem solução. As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental. [...] As demandas reprimidas são aquelas constituídas por "estados de coisas" ou por não-decisões.” (RUA; 1998,03)

No caso do negro na sociedade brasileira e políticas específicas para as suas diversas demandas históricas, podemos vislumbrar a conceituação apresentada por Rua, 1998 em suas três dimensões. Quando analisamos as ‘demandas novas’, a discriminação racial não aparece como algo novo, pelo contrário, é uma questão social há séculos; mas, os ativistas que se formam teoricamente e na prática cotidiana na defesa pelos direitos desta população, podem ser considerados como ‘novos atores e atrizes’ nos espaços de decisão na esfera pública. O combate ao preconceito etnicorracial no Brasil, se mostra algo sempre frágil e ineficiente. Sendo assim, podemos apresentar que as pautas negras representam estas ‘demandas recorrentes’, conceituada acima pela autora. Por fim, elencamos as ‘demandas reprimidas’, que são aquelas que podem ou não ser tratadas pelos poderes públicos, mas nunca se dá atenção devida; e pior, as políticas públicas pensadas para estes setores dificilmente tem execução minimamente consistente.

O militante negro, Fernando da Silva Andrade, também representante do Mocambo Odara no Núcleo de Estudos, que destaca em sua fala o momento que chegou na organização social. Isso ocorreu no ano de 2003, quando estava ocorrendo a discussão da Lei 10.639/2003. O mesmo apresenta abaixo, como o movimento negro Mocambo Odara surgiu e como este participou da implementação e implantação desta política educacional:

“O Mocambo ele surgiu em [19]98, como A.P.N. (Agente de Pastoral Negra). Inicialmente o Mocambo tem o nome de ‘Mãe Negra Aparecida’ [...] E aí começou naquele tempo dentro da Igreja, a se discutir algumas questões pertinentes sobre a etnia, sobre a cultura africana e afro-brasileira no município de Jequié. Então, Robson [o padre responsável pela criação e coordenação do grupo] ficou em Jequié nesse período, com a saída de Robson houve uma desarticulação dos A.P.N.’s. E aí, esse mesmo grupo que estava discutindo, percebeu que não existia mais espaço dentro da Igreja Católica para continuar essa discussão. É quando se tem a ideia do A.P.N. Mãe Negra Aparecida se transformar em Mocambo Odara. E essa transformação é justamente em 2003, é quando eu chego, [...] já chego lá já com essa discussão nova de transformação em movimento social, numa discussão mais pautada mesmo para as questões da sociedade. E aí, em 2003 é quando vem todo aquele bojo, vem toda aquela discussão da Lei 10.639. Com a discussão desta Lei, a gente ganha força, porque a gente começa a discutir essas questões para além da Igreja, a gente começa a discutir para a sociedade.” (ANDRADE; 2017)

Fernando Andrade discorre abaixo ainda sobre esta participação:

“Então, assim, o Mocambo ele teve uma participação efetiva na criação do Núcleo Diversidade Cultura africana e afro-brasileira, ele teve uma importância muito grande, porque enquanto movimento social, foi o único movimento assim, que tinha força no município de Jequié que era reconhecido; e que todos nós estávamos lá desde o início, construindo as políticas públicas dentro do município. Visto que a gente já tem uma bagagem grande, porque a gente fez toda a discussão da criação da Lei 10.639 [...]” (ANDRADE; 2017)

O nosso entrevistado trata da nomeação da coordenadora do Núcleo de Estudos da Secretaria Municipal, como elemento de realce da importância do Mocambo Odara para a discussão etnicorracial no município:

“A força do Mocambo foi tanta nesse período, que nós conseguimos levar para a coordenação do Núcleo, uma militante do movimento negro Mocambo Odara,

que foi Ivanildes Moura. Então, Vani já era professora do município, professora efetiva do município e com uma articulação bem feita nossa, do movimento negro, do ODEERE e de outros movimentos sociais, nós conseguimos naquele momento trazer Vani como a primeira coordenadora do Núcleo, lá na Secretaria de Educação. Então isso mostrou a força do movimento negro, mostrou a força dos movimentos organizados naquele período de discussão, de implementação do Decreto.” (ANDRADE; 2017)

O entrevistado apresenta a composição do Núcleo e apresenta os elementos que o caracterizou como um Conselho, porque

“se tinha um grupo bem representativo, que foi: um representante de professores, um representante de diretores de escola, um representante do movimento negro, um representante da Câmara de Vereadores, um representante da UESB e, um representante da rede privada de ensino. Então a gente percebe, o quanto foi plural a formação desse Núcleo. [...] Então, isso permitia que a gente fizesse uma discussão bem ampla nas questões etnicorracial dentro do município de Jequié.” (ANDRADE; 2017)

Neste conjunto de representações, pode-se identificar os atores e atrizes imbuídos/as de um interesse, de um pertencimento com a pauta de uma política pública, por diversos olhares, segundo Rua, 1998. Existem diversos critérios, entretanto, o mais simples e eficaz é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão. Ou seja, quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão?

Assim observamos a composição do Núcleo de Estudos, e percebemos uma certa diversidade na composição, mas que os/as atores e atrizes que se destacaram segundo relatos dos/as entrevistados/as, apontam para aquelas pessoas ligadas a discussão da pauta etnicorracial, ou acadêmicos da área, por exemplo, Ivanildes Moura que foi ativista do Mocambo Odara e coordenou o Núcleo (no período de 2006 a 2008); Professora Graça Bispo, que quando secretária, já tinha se aposentado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde tratava destas temáticas em sua atividade acadêmica; e por fim, com os dois membros do Mocambo Odara que participaram de nossa pesquisa, Dionária Silva e Fernando Andrade.

Com isso, o Núcleo se tornou para estes,

“um espaço permanente de discussão da educação e da diversidade cultural e etnicorracial. Então, a gente tinha esse Núcleo como fórum permanente, porque ali estava tanto o poder público, como a sociedade civil organizada. [...] Então aquele espaço tornou-se um espaço democrático, onde de fato a gente poderia estar discutindo os problemas locais de exclusão social, propondo políticas públicas municipais, políticas de cunho de ações afirmativas. Então esse espaço do Núcleo, ele se tornou esse fórum permanente onde a gente pautava as nossas discussões ali, pensando no macro, que era a educação, que era a transformação da vida das pessoas através da Educação.” (ANDRADE; 2017)

Decerto, apontar rumos, reivindicar melhorias educacionais ou em outros campos da sociedade para a inclusão de determinados povos ou comunidades, histórias, saberes e conhecimentos de povos historicamente marginalizados em âmbito da educação oficial, faz-se mais que necessário o acompanhamento e a pressão política para que a intenção escrita num Decreto ou numa Lei, não seja apenas uma intenção formal.

A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais, como diz Rua, 1998. Decretos, Leis, Resoluções, nada disso por si só garante que a decisão se transforme em ação e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida. Mas, o que garante que uma decisão se transforme em ação em regimes democráticos, segundo Rua, 1998,

“é a efetiva resolução de todos os pontos de conflito envolvidos naquela política pública. Esta "efetiva resolução" não significa nada tecnicamente perfeito. Em lugar disto, significa aquilo que politicamente se considera uma "boa decisão": uma decisão em relação à qual todos os atores envolvidos acreditem que saíram ganhando alguma coisa e nenhum ator envolvido acredite que saiu completamente prejudicado.” (RUA; 1998, p. 13)

A professora Graça Bispo nos diz que no Núcleo de Estudos não houve resistência, pois os membros que participavam das reuniões com frequência, tinham relação com a temática, já reconhecia a importância da educação municipal trabalhar a história e cultura da África e afro-brasileira. As resistências que ocorreram, foram no âmbito de alguns professores da rede municipal, organização religiosas e, de pais de estudantes.

Todas as resistências foram vencidas pelo diálogo e persistência dos representantes do movimento negro, da coordenadora do Núcleo de Estudos e da própria secretária, no sentido de

não recuar em momento algum quando apareciam críticas, reclamações e denúncias, que os professores iriam trabalhar com elementos do candomblé nas escolas.

O papel desempenhado pelo Mocambo Odara para mostrar a real intenção destes conteúdos no currículo escolar, reafirma o que Rua, 1998 diz quando a política pública é efetivada, quando os interessados podem ter acesso a participação em algum momento da implantação e implementação da política, é dialogada com os pares envolvidos na formulação, com seus iguais interessados naquela política que não estão no espaço de formulação e decisão, e principalmente, se apresenta aos setores contrários, como mediadores de interesses. Fernando Andrade diz abaixo, como o Mocambo Odara se portou nesta tarefa mediadora e de disputa de ideias na sociedade.

“Nós nos colocamos como um representante do movimento negro organizado de Jequié. Nós promovemos encontros, palestras, elaboração de documentos e pautas evidenciando as questões relacionadas com o anseio da população negra e o resgate da identidade. Reivindicando reconhecimento político e social da população negra e, a valorização do legado africano. Então, foi isso, a gente conseguiu estabelecer uma relação de respeito pela nossa agenda, dentro do município de Jequié. [...] Assim a gente conseguiu desenvolver várias ações, principalmente nas comunidades periféricas, principalmente nesses espaços. Então com todas as ações, a gente conseguiu estabelecer um respeito perante as autoridades, perante a sociedade, a gente conseguia. Então, os espaços que a gente ocupava, a gente era respeitado pelo trabalho que nós desenvolvemos no município de Jequié.”

5. Considerações finais

Apresentamos a partir da fala da ex-secretária de educação do município, e de dois membros do Mocambo Odara, as contribuições políticas e acadêmicas do Mocambo Odara para a implantação da disciplina acima referida, das quais passaram-se no viés político, quando da pressão por uma legislação municipal regulando a Lei Federal nº 10.639/2003, apontando qual seria o caminho a ser percorrido pela secretaria municipal acerca da modalidade de trabalho dos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Município, além dos embates em outros âmbitos sociais que os entrevistados colocam em entrevista, quando questionados

a validade e necessidade deste ensino nas escolas, por discriminação etnicorracial e intolerância religiosa.

Como apontamos acima, o movimento negro percorreu um longo trajeto marcado por continuidades e rupturas tanto com relação ao seu discurso, como no que diz respeito às suas reivindicações. É interessante notar que essa caminhada nos vai revelando também um processo de decodificação do nosso racismo.

Destacamos também os desafios que ainda cercam as ações do Mocambo Odara, e de diversas organizações sociais na busca pela promoção da igualdade etnicorracial. A história do movimento negro no Brasil revela estes desafios, continuidades e descontinuidades, algumas convergências e divergências de projetos e ações no passado e no presente. O movimento negro não é homogêneo, é plural, mas, ao mesmo tempo, busca convergir para algumas bandeiras de lutas em comum, como as atuais políticas de ação afirmativa e de luta por uma educação antirracista, libertadora e emancipatória.

Às próximas gerações, espera-se que encontrem uma sociedade que a partir do mote da equidade, possam se ver inseridos em uma nação realmente equânime. Nesse sentido, as ações afirmativas, conforme os dizeres de Boaventura de Sousa Santos, 1996 dão a base e possuem engendradas em si o potencial para a construção de um processo educativo capaz de promover a emancipação e o fomento de subjetividades rebeldes e inconformistas, nos que se veem alijados do sistema, mas, com ânsia de igualar-se e serem incluídos.

Referenciais bibliográficos

ANDRADE, Fernando da Silva. Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza, 05 de junho de 2017.

BISPO, Maria das Graças Silva. Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza, 06 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Acesso em: 03 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

_____. **Lei Nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Acesso em: 04 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

_____. [Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#). Acesso em: 01 de setembro de 2017.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, n. 23, 2007, p. 100-122.

FUKS, M. **Arenas de ação e debates públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)**. Rio de Janeiro: Irih Contas, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002, p.169-195.

_____. **Acesso de negros às Universidades Públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/ 2003.

HENRIQUES, R., 2001. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento):57-65, 2002.

LOPES, Robson da Silva. **O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime**. Curso de Pós- Graduação: História da Cultura Afro- Brasileira. FANAN – Faculdade de Nanuque. 2014.

MAGGIE, Y., 2001. **Os novos bacharéis: A experiência do pré-vestibular para negros e carentes**. Novos Estudos CEBRAP, 59:193-202.

NOGUEIRA, João Carlos. **Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas**. Revista Sociedade e Política, Nº 05. 2004.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro, raça e política educacional**. GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21. Agência Financiadora: Ação Educativa - Fundação Ford. 2005.

RUA, M. das Graças. **Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

_____. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. p. 130.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1881-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, B.S. **Por uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, L.H. et al. (Orgs.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Editora Sulina, p.15-33, 1996.

SANTOS, Dionaria da Silva. Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza, 19 de abril de 2017.

SILVA, José Carlos Gomes. **Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares: breve memória de lutas por uma educação inclusiva***. Texto apresentado no SEMINÁRIO RACISMO E EDUCAÇÃO II, nov. 2006, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.